

GT 01 - DIVERSIDADE, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**Alda Franciele Gomes Alves¹Sandra Elaine Aires de Abreu²**Resumo**

O presente trabalho apresenta aspectos relevantes para o entendimento do processo de construção da identidade de gênero na vida do indivíduo. O estudo bibliográfico analisa como ocorre a construção de identidade de gênero na Educação Infantil, bem como o olhar do professor e seus conceitos sobre o assunto. Discorre ainda sobre como o profissional da educação exerce influência nesta construção na vida do indivíduo. A partir do arcabouço teórico pesquisado depreende-se que o professor representa um agente importante na construção da identidade de gênero dentro do ambiente escolar, uma vez que este profissional da educação infantil é visto por seus alunos como modelo a ser seguido, e que o espaço escolar é um espaço privilegiado, tanto para legitimar desigualdades e discriminações, como pode ser um espaço de problematizações e discussões.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gênero. Construção.

Introdução

O desenvolvimento integral da criança, tem sido o objetivo central, bem como a missão do sistema educacional, a construção da identidade de gênero, faz parte deste desenvolvimento. Por essa razão preocupa-se aqui em entender e conhecer como ocorre essa construção.

Felizmente, já se encontra algumas pesquisas, artigos e livros, que nos dá base para a composição do presente trabalho. Tais estudos sobre gênero evidenciam que sua construção ocorre

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologia – IELT - CCSEH e Bolsista da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: pedagogaaaldafranciele@gmail.com

² Pós-doutorado em educação, pela Universidade Federal de Uberlândia (2014). Doutorado em educação: história, política, sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Mestrado em Educação, pela Universidade Federal de Goiás (1997). Especialista em História Econômica, pela Associação Educativa Evangélica (1990). Graduada em História, pela Universidade Federal de Goiás (1987) e em Pedagogia, pela Associação Educativa Evangélica (1986). Professora do Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) desde 1987 e da Universidade Estadual de Goiás (UEG) desde 1999. Docente do Programa do Pós-Graduação Educação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologia da UEG desde 2012.

desde o nascimento, a partir de interações sociais, Hall (2002), considera que o desenvolvimento dos papéis de gênero e a construção da identidade, são socialmente construídos e aprendidos desde o nascimento.

Autores como Ana Lúcia e Eliana Ismael (2013); Stuart Hall (2002); Lannoy Dorin (1974) tem realizado estudos que nos leva a repensar, sobre as construções de gênero e qual o papel do professor e dos pais neste processo. Dorin (1974), ressalta que a educação formal através dos recursos que possui nas escolas, poderá contribuir muito para que os jovens se conheçam, e possam viver com menos problemas.

Sendo assim, os profissionais da Educação Infantil devem dar uma atenção especial com relação ao assunto. Constatou-se também que a família e o professor assumem um papel importante nesse processo, pois eles servirão de referência a essa construção.

Nesse sentido buscou-se, entender: O que é identidade de gênero? E como ela se classifica? Qual a concepção de identidade dos professores de Educação Infantil? Qual a influência que o professor exerce na construção das identidades de gênero da criança?

Por ser um tema pouco discutido e explorado na escola, e no ambiente familiar, pois encontra-se ainda muita resistência, tais questões se tornaram um tabu.

Diante de tais afirmativas, trazer algumas reflexões sobre como a escola está desenvolvendo essa etapa de desenvolvimento da criança decidiu-se pesquisar como ocorre a Construção da Identidade de Gênero na Educação Infantil. Para tanto é necessário entender o que venha a ser identidade de gênero e como se classifica, pois, a partir de tais considerações pode-se alargar conceitos que outrora eram minimizados. O que nos leva a percepção das concepções dos professores e dos familiares a respeito do assunto, notou-se que muito ainda deve ser discutido, e que o discurso no ambiente escolar, bem como na formação docente, deve ser amplamente alargado. Daí compreender como o professor pode influenciar neste processo de construção da identidade de gênero na vida do indivíduo.

Desenvolvimento

1. A identidade de gênero e sua classificação

O termo gênero pode ser compreendido sobre a descrição do dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009 p.963), como um “conceito que engloba todas as propriedades comuns que caracterizam um grupo dado ou classes de seres ou de objetos”. Contudo para autores como Galinkin e Ismael (2013) o termo gênero se refere a categorias utilizadas para justificar as relações sociais

entre os diferentes sexos, mais que uma justificativa, passa a ser como um norte comportamental das ações de cada indivíduo de acordo com o sexo que possui, estabelecendo “padrões” de condutas e ações a cada um dos gêneros. Já Jane Felipe (2007) entende o conceito de gênero como uma ferramenta teórica e política na reflexão a respeito das subalternidades, abalando certezas tão firmemente alicerçadas em torno das diferenças biológicas, que serviriam durante muito tempo para justificar as desigualdades entre homens e mulheres. Autores como Lago, et al (2004) defendem gênero junto a categorias como geração, etnia e classe. O gênero é atualmente uma categoria de análise social bastante reconhecida nas ciências humanas, sociais e biológicas. Trata-se também de uma categoria que implica uma perspectiva interdisciplinar e que visa contemplar uma análise histórica e cultural dos valores associados às masculinidades e feminilidades. Em realidade, a categoria gênero é um objeto de estudo de grande tradição nas ciências sociais, tais como a antropologia.

Na sociedade contemporânea se reconhecem dois sexos biologicamente distintos, mas nem sempre foi assim. Contudo, para entender como o lugar e os papéis sociais, assim como o próprio sentido do que venha a ser homem e mulher vem mudando no decorrer dos séculos, faz-se necessário uma busca na história, pois como sugere Scott (1995 apud GALINKI e ISMAEL, 2013), deve se pensar o gênero como uma categoria útil de análise histórica. Segundo Laqueur (2001 apud GALINKI e ISMAEL, 2013), ao reconstruir a trajetória dos conceitos de sexo num período de tempo que se inicia em Aristóteles (séc. III a.C.) nas concepções religiosas e científicas ocidentais, discutia-se a noção de um único sexo, o que significa que durante séculos acreditava-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens. Na concepção aristotélica, havia uma explícita hierarquia do masculino em relação ao feminino. Aristóteles acreditava que devido à natureza delicada da mulher isso a tornava inferior ao homem. Somente no século XVIII “descobre-se” a existência de dois sexos.

Embora essa diferenciação tenha sido esclarecida, essas concepções estruturadas durante séculos, defendidas por autoridades religiosas e científicas, aliadas com as diferenças biofisiológicas entre os sexos continuam sendo utilizadas para explicar, justificar e até mesmo legitimar as desigualdades econômicas e sociais entre homens e mulheres, estabelecendo padrões de condutas a serem seguidos, como uma tecnologia social hétero normativa operacionalizada pelas instituições, inclusive as escolares, que produzem constantemente corpos – homem e corpos – mulher. (GALINKI, ISMAEL, 2013)

As mudanças em relação às representações sobre as questões de gênero, assim como qualquer mudança sociocultural, fazem parte de um processo, são construídas ao longo de anos, séculos até. As mudanças no discurso sobre questões de gênero partiram das reivindicações feministas por igualdade de direitos políticos, equiparação social e reconhecimento do seu valor social. Os movimentos feministas tiveram um papel fundamental nas discussões sobre gênero, sexualidade, relações socioculturais e histórias entre homens e mulheres. (GALINKI, ISMAEL, 2013). Evidencia-se que o conceito de gênero foi e continua sendo construído na esteira do movimento feminista. De maneira abrangente, o feminismo provocou mudanças, evoluindo o sentido da construção de práticas igualitárias nas áreas mais diversas, onde gênero sai de uma perspectiva de discussões sobre mulheres e direitos femininos e incorpora discussões sobre o papel e as construções ou reconstruções sociais do homem e do masculino, e de outros atores sociais que reivindicam identidades sexuais e de gênero fora dos modelos tradicionais abrindo as portas para novas discussões e diversas reivindicações. (GALINKI, ISMAEL, 2013)

Embora os estudos sobre gênero ainda sejam marginalizados, estes estudos dissociam da biologia as distinções e desigualdades sociais entre homens e mulheres, assim como as orientações afetivo-sexuais desnaturalizando tais desigualdades. (GALINKI, ISMAEL, 2013)

Na última década houve um aumento considerável de pesquisas, dissertações, teses e publicações em geral sobre a temática de gênero e sexualidade no campo da educação e áreas afins. Tais estudos têm trazido significativas contribuições para pensar estratégias pautadas pelo respeito às diferenças e à igualdade de direitos. (FELIPE, 2007)

Em decorrência de tais mudanças, no século XXI, já se percebe e se reconhece no meio social mais de um gênero, e se classificam em: Feminino - ao que se refere a mulher, o Masculino - referente ao homem, Transexuais refere-se ao indivíduo que não experimenta concordância entre seu sexo e sua identidade sexual ou de gênero segundo a norma macho-masculino e fêmea-feminina. Em geral, busca modificações parciais ou totais para a adequação de seu corpo a sua identidade como afirma o Dr. Louis Goren, da Universidade de Amsterdam, que publicou uma nota sobre o que é Transexual na revista científica de maior circulação entre os médicos: *The New England Journal of Medicine*, que “As manifestações dos distúrbios de identidade de gênero vão desde viver como membro do sexo oposto, à adaptação física por meio de hormônios e de intervenções cirúrgicas”. Drauzio Varella (2011). Travesti: pessoas que se utilizam de adereços artísticos e de apresentam em shows, o que não deve ser confundido como orientação ou identidade sexual, a palavra travesti não expressa orientação sexual e identidade de gênero; refere-se a vestimenta. E muitos outros.

No entanto, os conhecimentos históricos bem como os conceitos das questões de gênero consistem em um primeiro passo para uma prática docente consciente das múltiplas diversidades que o ambiente escolar proporciona, uma vez que, com base nos estudos apresentados até aqui, percebe-se que a construção dessa identidade se dá a partir do nascimento do indivíduo e é moldada a partir de interações sociais, considera-se então que o ambiente escolar é um dos maiores campos a proporcionar tais interações.

Portanto, estudar os conceitos, a estrutura histórica e demonstrar a importância da prática docente nesse processo, se faz relevante, pois os professores são os maiores “construtores” nessa formação de identidade, juntamente com a família, a fim de proporcionar um desenvolvimento integral para essas crianças, sem lhes causar danos ou traumas, decorrentes de conceitos carregados de condutas estabelecidas como sendo padrões e, portanto, as ideais a serem seguidas.

2. As concepções sobre identidade de gênero dos professores na Educação Infantil e sua formação

Moita Lopes (2002, p. 91), baseado nas ideias de Foucault, explica que "as escolas, determinam em grande parte não somente o que as pessoas fazem como também quem são, serão, e podem ser". Essa afirmação comprova como as instituições escolares podem ser consideradas um dos mais importantes espaços de convivência social, desempenhando assim um papel de destaque no que tange à produção e reprodução das expectativas em torno dos gêneros e das identidades sexuais.

Nesse ambiente, investimentos discursivos são dirigidos reiteradamente às crianças, para que desempenhem bem os papéis de gênero, servindo essa pedagogia dos gêneros para produzir a heterossexualidade. (GALINKI, ISMAEL, 2013).

Entretanto, no Brasil, a partir de 1996, a sexualidade parece ter ganhado alguma visibilidade no currículo, passando a constar como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Alguns fatores - em especial as preocupantes estatísticas em torno dos índices de contaminação pelo HIV-AIDS, bem como os altos índices de gravidez na adolescência, especialmente na faixa entre 10 e 14 anos - contribuíram para que tal condição se instalasse. Atualmente, no âmbito da escola, tem sido possível observar alguns esforços no sentido de discutir a sexualidade, mas muitas vezes este tema é abordado apenas sob o viés da prevenção, do medo, da doença e da morte, acrescido de um certo pânico moral.

Percebe-se que questões sobre gênero e sexualidade são assuntos pouco discutidos na escola, pois ainda são consideradas tabus. A crença de que explorar esse assunto pode aflorar

orientação sexual que foge do padrão da sociedade, ainda permanece. Logo, embora se apresentem comportamentos, por exemplo, homossexuais na escola, geralmente ela o ignora e considera o comportamento heterossexual como regra, idealizando a realidade. Essa atitude leva a alguns professores a tomar para si a responsabilidade de “monitorar” comportamentos que se julgam femininos ou masculinos, como por exemplo, o brincar de casinha é só para meninas e o chorar não é próprio do homem.

Outra questão frequente no ambiente escolar ao se tratar de gênero é a discriminação quanto à orientação sexual, gerando, muitas vezes, comportamentos homofóbicos não só entre os/as alunos/as, mas também entre o corpo docente. Deborah Britzman (1996, apud FELIPE 1998) destaca que a escola é um dos mais terríveis espaços para assumir a sexualidade tida como desviante. Sendo assim os profissionais da Educação Infantil devem dar uma atenção especial com relação ao assunto.

Todavia, pouco se discute sobre as concepções dos professores sobre as questões de gênero, por serem estes, tradicionalistas, moralista e por um despreparo para tal diversidade real no ambiente escolar. O profissional da educação muitas vezes se vê na obrigação de fiscalizar condutas tidas como padrão de cada gênero. Nesse sentido, corrobora-se com Felipe (1999, p.84) ao afirmar “ser necessário investir na formação inicial e continuada de professores/as, pois são eles que de fato implementam o trabalho com os/as alunos/as”.

Dessa forma, a formação do professor deve contemplar a compreensão da interação gênero-sexualidade e observar que a construção das identidades de gênero e das identidades sexuais (LOURO, 2008) envolvem uma série de outros temas que podem ser aprofundados tanto no âmbito da formação inicial como continuada, tais como:

- Representações e história do amor-paixão romântico (COSTA, 1998; DEL PRIORE, 2005),
- A história da conjugalidade e da família (MCFARLANE, 1990; Alves, 2005),
- A história do corpo e da sexualidade (FOUCAULT, 1993; LAQUEUR, 1991; WEEKS, 1999; SANT’ANNA, 2000),
- A história das mulheres, os padrões de comportamento esperados em torno da heterossexualidade, a bissexualidade, os preconceitos e as discriminações existentes em torno de homossexuais (homofobia), a misoginia (BLOCH, 1995),
- O reiterado processo de glorificação da maternidade, o papel secundário da paternidade (BURMAN, 1998),

- O aborto, a violência e o abuso sexual, a prostituição infanto-juvenil, a violência doméstica infantil (AZAMBUJA, 2004), a erotização dos corpos infantis, a pedofilia, a “pedofilização” como prática social contemporânea (FELIPE, 2005; 2006).

Esses são alguns dos temas que merecem ser problematizados no âmbito da educação, tanto na formação docente, quanto na proposta pedagógica a ser desenvolvida com os/as alunos/as, na medida em que um dos objetivos principais da escola deve ser a ampliação do conhecimento por parte de todos que por ela passam. Tais discussões podem desencadear uma maior compreensão dos processos pelos quais alguns sujeitos e grupos são mais valorizados que outros, possibilitando assim a desconstrução das subalternidades existentes nos diversos segmentos sociais. Mas como podemos desencadear essas reflexões no contexto escolar? (FELIPE, 1999).

Os professores precisam estar em constante processo de atualização, discutindo sobre temas atuais como multiculturalismo, diversidade, respeito às diferenças, identidades, etc. que em muitos cursos de graduação são deixados de lado. Cabe aos profissionais da Educação Infantil estudar, buscar informações e conhecimentos para compreenderem melhor os processos de representações de gênero como relações de poder e de disputa.

Pouco adianta empreender esforços no sentido de criar políticas públicas de combate à homofobia, às discriminações de gênero, raça, etnia ou à exploração sexual de crianças e jovens, se não houver uma compreensão mais ampla desses problemas, entendendo-os como processos históricos, sociais e culturais. Desse modo, as conexões entre gênero e sexualidade, nas suas mais variadas formas de expressão – rituais, fantasias, linguagens – devem ser entendidas como processos que se constroem na cultura em um determinado tempo histórico, portanto, passíveis de transformações. Esse amplo e quase imperceptível processo educativo que vai se delineando ao longo do tempo, dá-se nas mais variadas instâncias de formação: na família, na escola, no discurso religioso, no discurso midiático, etc., produzindo então inúmeras desigualdades, na medida em que valoriza alguns comportamentos em detrimento de outros. (FELIPE, 1999).

Evidentemente, essa questão não está a cargo somente da escola, outras instituições sociais, principalmente a família, desempenham um papel importante na definição das identidades sociais. Os discursos construídos na sala de aula sobre os tipos de pessoas que somos devem que ser cuidadosamente examinados devido a sua relevância na definição de quem somos. (BRUNER 1996).

Neste sentido, considera-se que na formação de professores/as da Educação Infantil se explorem e desenvolvam estudos e pesquisas que possam contribuir para um aprofundamento das discussões em torno das desigualdades no campo da sexualidade e das relações de gênero, pois desse

modo talvez seja possível criar algumas condições que favoreçam mudanças de concepção, evitando assim a manutenção das subalternidades nesse campo. (FELIPE, 1999).

3. A influência do professor na construção das identidades de gênero da criança

Analisar o ambiente escolar, significa entendê-lo como um espaço em que entram em confronto – e em diálogo – diferentes sujeitos e diferentes modos de significação do mundo, o que inclui modos diversos de criar sentido para a sexualidade, para o gênero, para si mesmo e para o outro. Algumas normas são construídas e desconstruídas, num jogo que envolve desigualdades, opressões, contradições e enfrentamentos. (BORTONILI, 2011).

Vivemos em tempos de grandes avanços tecnológicos e educacionais. No entanto, quando se trata da relação de gênero, notam-se poucos avanços. Embora nas escolas as salas de aula não sejam mais divididas pelo sexo masculino e feminino, as próprias crianças se separam ao se agruparem meninas com meninas e meninos com meninos. Constata-se que poucos são os professores que se preocupam em trabalhar a questão de gênero, em discutir tal tema na sala dos (as) professores ou em reuniões pedagógicas.

Como Louro (2005) afirma, os educadores não se sentem à vontade em assuntos ou debates acerca dos temas novos presente nos discursos contemporâneos, preferem abordagens mais tradicionais, com referenciais sólidos.

Muito se deve à própria dificuldade do professor (a) em lidar com essa questão, em se auto avaliar, pois fomos educados (as) com essa separação sexista, e, quando essa separação não ocorria, era algo preocupante para a família e a escola. Sayão (apud Zenti, 2002, p.55) aponta que “trabalhar relações sociais é mostrar que as pessoas são diferentes, que as culturas são diferentes, que a realidade do campo e da cidade é diferente, que o mundo é diferente”. Todas essas diferenças são fundamentais e nos tornam pessoas especiais com habilidades, dificuldades, atitudes, gostos, raças, com gestos diferentes umas das outras. Essa diversidade é maravilhosa, o que nos faz sofrer não são as diferenças, mas sim as desigualdades que surgem quando essas diferenças significam inferiorização e são legitimadas por estereótipos, como os relacionados à feminilidade e à masculinidade, padrões estabelecidos que regem a vida da mulher e do homem, do menino e da menina no seu cotidiano. Assim, vemos que um professor bem instruído sobre essas questões, pode proporcionar a seus alunos essa visão de que somos todos diferente e que todos devem ser respeitados nas suas diferenças.

Nesta perspectiva vemos o múltiplo papel da escola, pois nesse ambiente de interação de múltiplas diversidades, sua missão se estabelece além de formar o indivíduo intelectualmente e socialmente de acordo com modelos culturais, deve também ensinar a pensar, questionar, buscar respostas e ensinar a considerar novos caminhos, novas formas de interpretar o mundo e de organizá-lo. (MORENO, 1999).

A partir de então, vemos o professor como agente principal dessa formação, uma vez que este profissional da Educação Infantil é visto por seus alunos como modelo a ser seguido, e o mesmo se impõe como formador de condutas e padrões que julga ser o certo de acordo com padrões normativos de uma sociedade sexista. Sayão (apud Biagio, 2005) afirma que singelas atitudes, por parte daqueles que são referenciais, como separação de alunos na fila por sexo, separação por cores, determinações de brincadeiras de acordo com o gênero, formam em nós concepções do que venha ser natural a cada gênero, e formam ainda padrões de comportamentos que se esperam de um indivíduo que quer se inserir numa sociedade completamente heteronormativa. Neste sentido Sayão reforça que:

Em especial, nas brincadeiras que inventaram, meninos e meninas demonstram que os papéis de gênero vão sendo delineados muito cedo, embora na infância seja bastante possível transgredi-los. Essa característica de transgressão parece ser uma manifestação típica de um momento da vida e logo será abrandada em face das convenções sociais pautadas por uma visão da ciência e por determinações sociais que normatiza lugares comportamentos e formas de ser específicos para meninos e meninas, homens e mulheres (SAYÃO, 2003, p. 78).

Atitudes como estas, que cotidianamente produzimos e reproduzimos, levam a educação sexista quando pré-julgamos uma atitude ou um comportamento, seja do menino ou da menina, baseados somente em estereótipos, estamos, assim, legitimando esse preconceito. Felipe (2007) ressalta o quão importante é o constante processo de atualização dos professores para que se possa ter condições de assumir atitudes e posições reflexivas em relação às situações que acontecem cotidianamente no ambiente escolar sobre gênero e outras questões. O pouco conhecimento destas questões pode acarretar ensinamentos ainda que “discretos” por parte dos professores, modos de ser, agir e de se comportar de maneira diferenciada para meninos e meninas. Mas é necessário sempre lembrar e frisar que a categoria de gênero não se constrói da noite para o dia, e sim se produz cotidianamente, vai se construindo no âmbito familiar, escolar, na mídia e aos poucos vai afetando a criança e fazendo desta um adulto sexista. No entanto ao discorrer sobre tais assuntos, é preciso reconhecer que há dificuldade de se romper com esta concepção sexista, especialmente quando se

trata de questões ligados à masculinidade e feminilidade. (FELIPE,1999). Romper com essa perspectiva significa romper com todo um passado, com regras que nos foram ditadas há séculos e que perduram até os dias atuais, não de forma tão direta, mas de forma velada, produzindo nos espaços escolares, entre outros, a relação entre meninos e meninas que a sociedade sexista espera, o que deseja de um e de outro. Ao ler as palavras de Louro (2008) nos vemos numa posição de combate a todas as formas de discriminações, sobretudo em relação ao gênero.

Se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe, se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade, se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão, se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e que pode ser subvertida, e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessa desigualdade (LOURO, 1997, p. 85-86).

Neste sentido, o espaço escolar é um espaço privilegiado, tanto para legitimar desigualdades e discriminações, como pode ser um espaço de problematizações e discussões que nos encaminhem para a construção de uma educação e uma sociedade plural que viva a diferença como legítima nas suas diversas formas de expressão. Enxerga-se o professor como instrumento “chave” dessa educação plural, como modelo vivo de práticas respeitadas a todos os indivíduos, se posicionando como referencial de como tratar os demais em suas mais variadas formas de se expressarem, auxiliando na formação de caráter e condutas legítimas de respeito mútuo e aceitação ao diferente.

Considerações finais

Ao analisar como ocorre o processo de construção da identidade de gênero, na educação infantil, percebe-se que esta construção se dá na vida do indivíduo desde o seu nascimento, e vai se moldando de acordo com o meio no qual está inserido. A partir do estudo, se compreende que, em um tempo histórico, se reconhecia apenas um gênero e que, ao longo dos séculos, se “descobriram” e reconheceram outros mais. Também se observa como o discurso sobre gênero ganha força e abre leques para outras discussões a respeito de questões de gênero, a partir de reivindicações pela valorização e reconhecimento dos demais, descentralizando o poder exercido apenas por um gênero, considerado dominante sobre os demais.

Nota-se que, para alguns educadores, este assunto ainda é considerado um tabu, embora muito se vejam discursos a respeito de gêneros. Isso ocorre, em parte, não por serem conservadores, mas por se verem desprovidos de “autoridade” e domínio sobre o assunto. Logo, compreende-se que questões sobre gênero devem ser estudadas por professores durante sua capacitação, pois o ambiente escolar é o ideal para essa discussão, a fim de desenvolver atitudes que reconheçam e respeitem a diversidade que existe na sociedade na qual estão inseridos.

Por isso, o professor pode se posicionar como agente promotor de uma sociedade melhor e mais tolerante, a partir de suas atitudes, falas e comportamentos, livres de quaisquer preconceitos ou conceito sexista. Na educação infantil, o professor representa para seus alunos um modelo ao qual desejam seguir e, literalmente, “copiar”, daí percebe-se o quão cuidadoso e atento o professor deve estar em relação a demonstrações de seus conceitos e atitudes.

Embora este estudo tenha um olhar voltado para o professor e enfatiza na conduta deste, bem como nos preceitos transmitidos no ambiente escolar, sabe-se que outras instituições de convívio social também tem parte nesta construção, estas instituições são também, assim como o professor e a escola, construtores neste processo: pais, familiares, amigos, vizinhos, conhecidos, todos tem parcela significativa quando transmitem seus conceitos, pré-conceitos, modelos de padrões pré-estabelecidos, cultura e crenças, o que pode somatizar na criança, comportamentos tolerantes e respeitosos, assim como, dependendo das intervenções feitas por estes a pouco citados, pode gerar um indivíduo completamente intolerante e desrespeitoso, ainda que a escola e o professor tentem fazer o contrário. Assim sendo, percebe-se aqui que para se produzir novos indivíduos tolerantes e respeitosos e que reconheçam que fazem parte de uma sociedade diversificada, é necessário um esforço, que pode começar por atitudes pequenas de um professor consciente e de um trabalho escolar eficaz, mas que só ganhará força e sentido para uma criança quando em todos os ambientes de seu convívio social, falarem a mesma linguagem.

Referências

ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia, corpo e educação: a ditadura do corpo perfeito. In. MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 107-120.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola. **Revista Espaço Acadêmico** – Nº 123 – Mensal – agosto de 2011.

CÉSAR, Maria Rita de Assis - **Sexualidade e gênero: ensaios educacionais contemporâneos** - Revista Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul. /dez. 2010.

DORIN, Lannoy. **Psicologia da Adolescência (para jovens, pais e professores)**. Editora do Brasil S. A. São Paulo 1974.

FELIPE, Jane. Sexualidade nos livros infantis: Relações de gênero e outras implicações. In: MEYER, Dagmar E. Estermann (org.). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 77-89.

FELIPE, Jane. **Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas** - Proposições, v. 18, n. 2 (53) - maio/ago. 2007.

GALINKIN, Ana Lucia; ISMAEL, Eliana. Gênero. In: Psicologia Social: Temas e Teorias. Org. Leoncio Camino; Ana Raquel Rosas Torres; Marcus Eugênio Oliveira Lima; Marcos Emanuel Pereira – 2 eds. **Revista ampliada** – Brasília, DF: Technopoliti, 2013. 792

LAGO, Mara Coelho de Souza; GROSSI, Miriam Pillar; ROCHA, Cristina Tavares da Costa; GARCIA, Olga Regina Zigelli; SENA, Tito. **Interdisciplinaridade em diálogos de gênero: teorias, sexualidades, religiões**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER; Dagmar E. Estermann (org.). **Saúde e sexualidade na escola**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 85-96.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas** – Proposições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da – **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula** – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002 – (Coleção Letramento, Educação e sociedade).

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Campinas: Moderna, 1999.

SAYÃO, Déborah Thomé. Pequenos homens, pequenas mulheres? Meninos, Meninas? Algumas questões para pensar as relações entre gênero e infância. **Pro-posições: Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação**, Campinas: UNICAMP, v. 14, n. 3, p. 67-87, set./dez. 2003.

SAYÃO, Déborah Thomé. Infância, sexualidade e educação: Aspectos das relações profissionais e crianças. In: SARTORE, Ari José; BRETTO, Néli Suzana (orgs.). **Gênero na educação: espaço para diversidade**. Florianópolis: Genus, 2004. p. 40-47. VARELLA, Drauzio, TRANSEXUAIS. Disponível em: <https://drauziovarella.com.br/sexualidade/transexuais/> acesso: 25/10/2016.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

ZENTI Luciana. Coisa de menino. Coisa de menina. Será? **Revista Nova Escola**. São Paulo, n. 152, p. 54-57, abr. 2002.